

**Anais do
II Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio**

A INCLUSÃO DOS ESTUDOS AFRICANOS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

The Inclusion Of African Studies In Elementary Schools

Prof. Gilberto Antonio Ferreira / Oga Gilberto de Esu.

Prof. Gilberto A. Ferreira é Pesquisador acreditado ao Centro de estudos Africanos (CEA) para assuntos das tradições religiosas de matriz africanas. / Pesquisador Especialista em tradições afro-brasileiras. Coordenador de estudos e pesquisas do CEPTMA e do Centro Étnico-Racial da Faculdade Eniac. É interlocutor científico e colaborador em projetos de pesquisa nas áreas de estudos africanos e afro-brasileiros do Dr. José Reginaldo Prandi, Doutor em Sociologia pela USP em 1977. Docente de Sociologia da Fac. de Filosofia, Letras e C. Humanas da USP de disciplinas de mestrado, doutorado e pós-doutorado na área de estudos afro-brasileiros. Interlocutor acadêmico científico do antropólogo Dr Wagner Gonçalves da silva que declara Gilberto A. Ferreira possuidor de expertise e profundo conhecimento da língua Yorubá e afro brasileira, tendo este, ministrado cursos de Extensão Universitária pela USP desde os anos 70. Desenvolveu nesta a oficina de culinária religiosa para alunos de graduação de antropologia. esu@uol.com.br Rua Leila Acras 230 Guarulhos. SP Fones : 11 20873035 – 11 986599668.

RESUMO

Atualmente, para falar da cultura brasileira contemporânea, é necessário compreender os meandros da sua formação desde a raiz. Esta cultura nasceu da miscigenação dos povos nativos, que aqui viviam quando os portugueses declararam ter descoberto este país. Os indígenas se misturaram com os milhares de negros que foram trazidos escravos, de além-mares. A cultura deste novo povo reflete nos atuais conhecimentos, ideias, valores e crenças que se manifestam na vida concreta no cotidiano de cada grupo miscigenado. Os resultados

são percebidos na língua, no comportamento e práticas religiosas de cada grupo de acordo com a sua localização. Isso explica as diferenças entre os dialetos que distinguem os específicos grupos de Pernambuco, Amazônia, Bahia, Minas Gerais e os povos do Sul, entre os outros. A manifestação se revela no conjunto dos saberes e saber-fazer, característicos dos distintos grupos. Dentre essas revelações estão as novas identidades carregadas de sentimento de pertencimento e/ou de exclusão do que os diferencia, ignorando as suas próprias diferenças. Aqui se encontra a origem do etnocentrismo - racismo, preconceito, exclusão - que para ser respeitado, hoje necessita de uma legislação aplicada à base da educação infantil - a lei 10639.

Palavras-chave: inclusão étnico-racial, lei 10639, influencia africana, cultura brasileira contemporânea.

ABSTRACT

Currently, to speak of contemporary Brazilian culture, it is necessary to understand the intricacies of their training from the root. This culture was born of miscegenation of the native peoples, who lived when the Portuguese reported discovered this country. The natives mixed with thousands of blacks who they brought slaves, from overseas. The culture of this new people reflects on current knowledge, ideas, values and beliefs that manifest themselves in concrete life in the everyday life of each mixed group. The results are recognized in the language, behavior and religious practices of each group according to your location. This explains the differences between the dialects that distinguish the specific groups of Pernambuco, Amazon, Bahia, Minas Gerais and the peoples of the South, among others. The demonstration reveals itself in the set of knowledge and know-how, characteristic of different groups. Among these revelations are the new identities loaded of sense of belonging and/or deletion of what sets them apart, ignoring their own differences. Here is the origin of ethnocentrism-racism, prejudice, exclusion—that been respected, today requires legislation applied to the base of early childhood education-law 10639.

Keywords: ethnic and racial inclusion, law 10639, African influences, contemporary Brazilian culture.

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta - Eixos de discussão antecedentes, às organizações de desenvolvimento, federais, estaduais e municipais.

No inicio da década e 80 os movimentos sociais comprometidos com a volta das eleições diretas sugeriram ao futuro governador André Franco Montoro, propostas para São Paulo. Caso fosse eleito, ele criaria diversos organismos voltados para o desenvolvimento da comunidade negra no estado. Em 1983 ao assumir, o governador, de acordo com os compromissos assumidos deu posse ao secretario de cultura Pacheco Chaves e este criou a Assessoria para cuidar do tema Afro Brasileiro. Este foi o primeiro organismo voltado para a discussão dos assuntos afro no Brasil.

Seguindo os compromissos assumidos em campanha, Montoro criou em 1986 o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo e a Lei estadual N. 5.466, de 24 de dezembro de 1986. Em 1988 o governo Fernando Henrique Cardoso criou a “Fundação Cultural Palmares” órgão adido ao Ministério da Cultura. Em 2003 foi criado pelo governo Lula através de medida provisória a SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Em 1996 começou uma longa discussão para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, mas em 2010, o governo Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei da sua criação. Um dos capítulos do Estatuto é voltado para a educação e obriga (em tese) o ensino da História Geral da África e da população negra no Brasil nas escolas de ensino fundamental e médio, sejam estas, públicas ou privadas.

No período de 1983 até os dias de hoje os estados e municípios baseados nos estatutos sejam federais ou estaduais criaram diversos órgãos que tratam da questão a exemplo de Guarulhos, que criou em 2001 a Coordenadoria da Igualdade Racial - CIR e o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial – COMPIR que discute leis, incisos e tentam socializar a própria história da África.

1- A LEI E SEUS INCISOS.

Observando-se cuidadosamente todos os estatutos dos organismos criados sobre a questão da educação não consta de forma lúcida ou obrigatória e sim de forma genérica, disfarçada como cultura ou eufemismos correlatos.

No estatuto da igualdade racial de sancionado em 1996, um capítulo relativo à educação chama a atenção sobremaneira para o foco do seu desenvolvimento pelo acesso à educação.

1.1 - O capítulo sobre a educação

O artigo 11 - torna obrigatório o ensino de história geral da África e da população negra do Brasil nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas. Ele prevê ainda o incentivo de atividades produtivas rurais para a população negra. Proíbe as empresas de exigir características próprias de etnia, para aprovação às vagas de emprego. Também reconhece a capoeira como um esporte permitindo que o governo destine recursos financeiros para a sua prática.

Isso significa que a partir da publicação do estatuto da igualdade racial:

1 – Tornou-se obrigatório o ensino de história geral da África e da população negra do Brasil nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas.

2 – No estatuto se prevê o incentivo de atividades produtivas rurais para a população negra e proíbe empresas de exigir aspectos próprios de etnia para vagas de emprego.

3 – A partir da sua publicação a capoeira passa a ser reconhecida como esporte, com direito a receber recursos governamentais como qualquer outro esporte, para viabilizar o treinamento de atletas.

No dia 20 de novembro de 1996 foi promulgada a nova lei a lei 10.639/03 alterada pela lei 11.645/08 que dispõe: O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil nas aulas de História com o tema da escravidão negra africana. O texto promove a reflexão acerca da Lei, e torna obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira e africana, e sua contribuição nos costumes e na constituição deste povo em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental e médio.

Quando na sala de aula os professores se referem ao escravo africano, há um equívoco, pois ninguém é escravo – as pessoas foram ou são escravizadas. O termo escravo, além de naturalizar essa condição das pessoas, traz a ideia de que, ser escravo é uma condição de alguns seres humanos em relação a outros. Os africanos carregam em si o significado preconceituoso e pejorativo de escravidão, construído ao longo da história de dominação e dominados ao longo da humanidade.

Uma forma de se reconhecer o equívoco da escravidão foi a criação do Dia da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de Novembro. A data homenageia o herói negro Zumbi dos Palmares, que nasceu no estado de Alagoas no ano de 1655.

Ele representava o símbolo da resistência negra à escravidão na época do Brasil Colonial. Nasceu livre, mas foi capturado aos sete anos e entregue ao padre jesuíta católico Antônio Melo. Batizado, recebeu o nome de Francisco. Aprendeu português, latim, álgebra e a religião católica a ponto de ajudar o padre a celebrar a missa. Aos 15 anos fugiu de Porto Calvo e foi viver no quilombo dos Palmares. Lá se tornou líder usando o nome Zumbi - que significava aquele que estava morto e reviveu - no dialeto da tribo *Imbagala* de Angola. O quilombo localizado na região da Serra da Barriga chegou a abrigar mais de trinta mil habitantes. Era uma comunidade livre formada por

escravos fugitivos dos engenhos, índios e brancos pobres expulsos das fazendas que viviam livres de acordo com a cultura africana e lá produziam o que precisavam para viver.

2- DIFICULDADES DE APLICAÇÃO DA LEI

2.1 - Nível federal

No Brasil contemporâneo observa-se uma característica especial no que concerne as leis. Elas pegam ou não pegam, e no caso em particular todas essas leis não pegaram, nenhum organismo criado se deu conta de sua atribuição precípua, no que tange ao desenvolvimento da população negra.

Não está previsto em nenhuma das leis acima a obrigatoriedade de incluir nos currículos das Universidades públicas e ou privadas o ensino da Historia da África ou da Historia da Escravidão no mundo e no Brasil para que se tenha uma visão macro da problemática e do real significado histórico das palavras “Escravo” e “Escravidão”.

Em nenhuma das leis está a obrigatoriedade das universidades formarem professores aptos a difundirem as Culturas Negras deixadas no Brasil pelos povos Africanos. Não se prevê em nenhuma das leis acima a obrigatoriedade de fazer com que os governos enviem seus professores às universidades para uma renovação ou atualização com a finalidade de obedecer a essas leis. Como fazer então para que um professor do ensino médio ou fundamental ensine, sem o devido conhecimento das matérias obrigatórias pela lei? Não está previsto em nenhuma das leis a obrigatoriedade de se publicar livros sejam didáticos ou paradidáticos para que atendam a necessidade do ensino médio e fundamental. Não foi previsto em nenhuma das leis a obrigatoriedade de se criar bibliotecas especializadas, onde os diretores

das escolas possam abastecer os seus professores de informações específicas adequadas.

2.2- Nível estadual

Como se pode observar, e acima citado, o Estado de São Paulo saiu na frente e criou diversos organismos, porém, nenhum deles se voltou especificamente para a Educação e Cultura. Observa-se, porém, que o governo estadual não obedece e não obriga a Secretaria de Estado da Educação a obedecer as leis promulgadas pelo nível federal.

2.3- Nível municipal

Percebe-se que existe uma cadeia de comando, que em tese é exercida pelo Ministério da Educação e que não obedece as leis criadas no seu nível. Sendo assim: Como fazer com que as Secretarias de Educação Municipais obedeçam a essas mesmas leis?

3- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DESCONHECIDA DA ÁFRICA

Sabe-se que a historiografia sobre a África, ainda que em bom número, tem poucas contribuições de historiadores africanos. Os poucos que trabalham nesse sentido foram formados em universidades europeias, tendo herdado uma tradição que os fazem ver a história de fora para dentro. A cultura africana ainda é propagada de forma oral. Recentemente a historiografia africana vem sendo revista, e a diversidade cultural tem dado espaço à sobriedade dos relatos em torno da escravidão, pobreza e unidade que rondam o vasto continente africano.

O que os brasileiros conhecem de África ou de sua história? Desde cedo eles aprenderam a falar

de uma África onírica. Um “país” onde negros vivem na miséria absoluta, na mais absoluta ignorância, uma população considerada sub-humana pelos europeus por vários séculos e até os dias de hoje. Ainda se tem a impressão de que realmente a África é um país e não um continente onde diversos países coexistem com suas culturas e religiões desde os primórdios da humanidade muito embora se saiba que cientificamente é o berço da humanidade. Toma-se como ponto de partida o Egito tão decantado e admirado por sua cultura por seu complexo sistema político e social, porém não é visto como associado ao continente africano. O desconhecimento dos grandes reinos africanos assim como os avanços tecnológicos por eles produzidos foram espoliados e pilhados pelos colonizadores. Pode-se citar entre outros além do Egito, o reino Kuxi, Shongai, Gana, Mali, Benin, Yoruba, Kongo, Angola.

Na apresentação das grandes civilizações africanas, no ano 1000 a.C., povos semitas da Arábia emigraram para a atual Etiópia. Em 715 a.C. o Rei de Kush, cujo Rei denominado Monomopata, fundou no Egito a 25ª dinastia. Em 533 a.C. transferiu-se a sua capital de Napata para Meroé. Cerca de cinquenta anos depois, lá se encontrava uma metalurgia do ferro, altamente desenvolvida. Por volta do ano 100 a.C. desabrochou, na Etiópia, o Reino de Axum.

O tempo que se passou até a chegada dos árabes à África Ocidental foi, durante muitos séculos, considerado um tempo obscuro, face à absoluta ausência de relatos escritos. Estes só apareceram nos séculos XVI e XVII, com o “Tarik-Al-Fattah” e o “Tarik-Es-Sudam”, redigidos, respectivamente, por Muhammad Kati e Abderrahman As Saadi, ambos nascidos em Tombuctu. Mas os trabalhos arqueológicos do século XX, aliado aos relatos da tradição oral, conseguiram resgatar boa parte desse passado. O mais antigo desses reinos foi o da Etiópia.

Entre os séculos III e VII, a Etiópia teve como vizinhos outros reinos cristãos dentre eles o Egito e a Núbia. Contudo, com a expansão do islamismo, essas duas últimas regiões caíram sob o domínio árabe, e a Etiópia persistiu como único grande reino cristão da África. Antes do efetivo início do processo de islamização do continente africano, a África Ocidental conheceu um alto padrão de desenvolvimento. Os antigos Estados de Gana, do Mali, do Songai, do Iorubá e Benin, são excelentes exemplos de pujança das civilizações pré-islâmicas.

3.1 - Império do Gana

O Antigo Império Gana teve o seu apogeu entre os anos 700 e 1200 d.C. Acredita-se que o florescimento desse império remonte ao século IV. Fundado por povos berberes, segundo alguns autores, e segundo outros, por negros mandeus, mandês ou mandingas, do grupo soninkê. O antigo nome desse império era Uagadu, que ocupava uma área tão vasta quanto a da moderna Nigéria e, incluía os territórios que hoje constituem o Mali ocidental e o sudeste da Mauritânia. Kumbi Saleh foi uma das suas últimas capitais. Segundo relatos históricos, o Antigo Império de Gana era tão rico em ouro, que seu imperador, adepto da religião tradicional africana, tal como seus súditos, eram denominados “o senhor de ouro”. Com a concorrência de outras potências no comércio do ouro, o Antigo Império Gana começou a declinar. Até que, por volta de 1076 d.C, em nome de uma fé islâmica ortodoxa, os berberes da dinastia dos almorávidas, vindos do Magrebe, atacaram e conquistaram Kumbi Saleh, capital do Império de Gana.

3.2 - O Império do Mali

Os fundadores do Antigo Mali teriam sido caçadores reunidos em confrarias ligadas pelos mesmos ritos e celebrações da religião tradicional. O fervor com que praticavam a religião de seus ancestrais seguiu, até bem depois, do advento do Islã. Conquistou o que restou do Antigo Gana, em 1240, Sundiata Keita, expandiu seu império, que já era oficialmente muçulmano desde o século anterior. O Mali se tornou legendário, principalmente sob o mansa (rei) Kanku Mussá, que, em 1324, empreendeu a peregrinação a Meca com a intenção evidente de maravilhar os soberanos árabes. Hoje Mali é um dos países mais pobres do mundo. Não se dava a importância devida à sua história, apesar do seu passado ilustre, pois, foi um dos reinos mais importantes e poderosos da África.

3.3 - Império Songai

A organização do Songai era mais elaborada que a do Mali. O Império Songai teve as suas origens num antepassado lendário, o gigante comilão Faran Makan Botê, do clã dos pescadores sorkôs. Por volta de 500 d.C., diz ainda a tradição, que guerreiros berberes, chefiados por Diá Aliamen chegou a curva norte do Níger, tomando o poder dos sorkôs. A partir daí, a dinastia dos Diá passou a reinar em Kukya, uma ilha perto do Níger, até 1009, quando o reino se converteu oficialmente ao islamismo e transferiu a capital para Goa, onde a dinastia reinou até 1335. Nesse ano, o povo songai se libertou do Antigo Mali, de quem se tornou vassalo em 1275 e, começou a conquistar as regiões vizinhas.

3.4 - Império Kanem-Bornu

Outro grande Estado da África Negra, florescido por essa época, no norte da atual Nigéria, foi Kanem-Bornu, em torno do ano 800 d.C. As cidades-estados haussás, situadas entre o Níger e o Chade se encontraram em uma grande encruzilhada. Constituíram-se por volta do século XII, em redor das vias comerciais que ligavam Trípolis e o Egito à floresta tropical, por um lado, e, por outro lado, o Níger ao alto vale do Nilo pelo Darfur. Os haussás ou a classe dirigente dos negros habitavam muito mais ao norte, e a leste do que hoje. Junto com o Mali e o Songai, um dos mais vastos impérios dos grandes séculos africanos foi o Kanem-Bornu. A sua influência, no período de maior esplendor, estendeu-se da Tripolitânia e do Egito até ao Norte dos Camarões atuais, e do Níger ao Nilo. Nas origens do Kanem encontrava-se a conjunção dos nômades e dos sedentários.

3.5 - Império Iorubá

A sudeste da atual Nigéria constitui-se o poderoso e dinâmico grupo Ibo. Possuía uma estrutura democrática que favorecia a iniciativa individual. A unidade sociopolítica era a aldeia. No sudoeste, desenvolveram-se os principados iorubás aproximadamente entre os séculos VI e XI. As suas origens, mergulhadas na mitologia dos deuses e semideuses, não forneceram, do ponto de vista cronológico, informações suficientes. O grande passado de todos estes príncipes é Odudua. Seria ele, o próprio filho de Olodumaré, que para muitos seria o Nimrod de que fala a Bíblia, ou segundo a piedosa tradição islâmica, de Lamurudu, rei de Meca. O seu filho Okanbi, teve sete filhos e todos tiveram suas “cabeças coroadas”, a reinar em Owu, Sabé, Popo, Benin, Olé, Ketu e Oyó.

Por volta do século XII, Ifé era uma cidade-estado cujo soberano, Oni, era reconhecido como chefe religioso pelas outras cidades iorubás. É que Ifé seria o lugar a partir de onde as terras se teriam espalhado sobre as águas originais para, segundo a tradição, fazerem nascer o mundo. Os iorubás foram expulsos da antiga Oyó pelos Nupês (Tapas) estabelecendo-se no que é a Oyó de hoje.

3.6 - Império do Benin

Famoso por sua arte, o Benin, situado a sudeste de Ifé, foi fundado, segundo a tradição, por Oranian, pai de Xangô, sendo então, intimamente aparentado com Oyó e Ifé. A primeira dinastia a reinar teve, segundo os mitos, inicialmente doze Obas (reis) e terminou por uma revolta, quando se constituiu em reino. Seu apogeu ocorreu no século XIV, com a capital Edo, que perdura até hoje. A cultura nagô, evidenciada nesta pesquisa, a sua procedência no grupo dos escravos sudaneses do império iorubá, acima citado, em suas origens. Na verdade a denominação “nagô” foi dada, no Brasil, a língua iorubá que foi, na Bahia, a “língua geral” dos escravos, tendo dominado as línguas faladas pelos escravos de outras nações. O iorubá comprehende vários subgrupos e dialetos, entre os quais o Egbá, que incluiu o grupo Ketu e Ijexá, das tribos do mesmo nome, cujos rituais foram adotados, principalmente o Ketu, pelos candomblés mais conservadores. Do ewe “anago”, foi o nome dado pelos daomeanos aos povos que falavam o iorubá, tanto na Nigéria como no Daomé (atual Benin), Togo e arredores, que os franceses chamavam apenas de nagô.

3.7 - Reino do Congo e Angola

Durante o seu processo de expansão marítimo-comercial, os portugueses abriram contato

com as várias culturas que já se mostravam consolidadas pelo litoral e outras partes do interior do continente africano. Em 1483, momento em que o navegador lusitano Diogo Cão alcançou a foz do rio Zaire, foi encontrado um governo monárquico fortemente estruturado conhecido como Congo. Fundado por volta do século XIV, esse Estado centralizado dominava a parcela centro-occidental da África. Nessa região se encontrava um amplo número de províncias, onde vários grupos, da etnia banto principalmente os bakongo, ocupavam os territórios. Apesar da feição centralizada, o reino do Congo contava com a presença de administradores locais provenientes de antigas famílias ou escolhidos pela própria autoridade monárquica. Apesar da existência destas subdivisões na configuração política do Congo, o rei, conhecido como manicongo, tinha o direito de receber o tributo proveniente de cada uma das províncias dominadas. A principal cidade do reino era Mbanza, onde aconteciam as mais importantes decisões políticas de todo o reinado. Foi nesse mesmo local que os portugueses entraram em contato com essa diversificada civilização africana. A principal atividade econômica dos congoleses envolvia a prática de um desenvolvido comércio onde predominava a compra e venda de sal, metais, tecidos e produtos de origem animal. A prática comercial poderia ser feita através do escambo (trocas) ou com a adoção do nzimbu, uma espécie de concha somente encontrada na região de Luanda. O contato dos portugueses com as autoridades políticas deste reino teve grande importância na articulação do tráfico de escravos. Uma expressiva parte dos escravos que trabalharam na exploração aurífera do século XVII, principalmente em Minas Gerais, era proveniente da região do Congo e de Angola.

4- ESCRAVIDÃO NO BRASIL

No Brasil, a escravidão teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI. Os portugueses traziam os negros africanos de suas colônias na África para utilizar como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar do Nordeste. Os comerciantes de escravos portugueses vendiam os africanos como se fossem mercadorias. Os mais saudáveis chegavam a valer o dobro daqueles mais fracos ou velhos. O transporte era feito da África para o Brasil nos porões dos navios negreiros. Amontoados, em condições desumanas, muitos morriam antes de chegar ao Brasil, e os corpos eram lançados ao mar.

O tráfico de escravos durou de 1530 a 1888 partindo dos diversos reinos Africanos para o Brasil, por cerca de 358 anos. É importante notar que os primeiros escravos vieram da África Austral, conhecidos como povos Bantu ou Banto, vindos de Angola, Congo e Moçambique que já eram colônias portuguesas. Embora fossem obrigados a falar a língua do dominador - o português - deixaram rastros visíveis de sua cultura e religião entre os afro-brasileiros. Nesse sentido pode-se observar como exemplo as palavras que fazem parte da língua que se fala ainda hoje: Kitanda, moleque, mulungu, bunda, kapiroto, capanga, kaxanga, kururu, mandinga, macumba, samba, senzala, entre muitas outras.

Grande parte da língua dos Bantu foi preservada nos recônditos dos terreiros, onde em seus rituais privados ou públicos são plenamente faladas, assim como os diversos idiomas trazidos.

No âmbito religioso, espalhados pelo Brasil, diversos terreiros cultuam as deidades trazidas de África pelos povos Bantu tais como:

Zambi Unpungo = Ser Supremo = Deus

Nkosi = Senhor do Ferro
Mutakalombo = O caçador
Nzazi = Senhor dos Trovões
Kalunga = Senhor dos mares
Kiandas = Ninfas dos mares
Danda Lunda = Senhora dos rios
(recorte do autor, 2015).

Na obra de Yeda Pessoa Castro, “Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro” publicado pela Topbooks Editora, em 2001, na primeira edição, Rio de Janeiro e a segunda edição, em 2005 é resultado de 40 anos de pesquisa na Bahia, na República Democrática do Congo (ex-Zaire) e na Nigéria. A obra da autora demonstra a influência dos idiomas africanos na língua portuguesa. Dentre os termos africanos mais comuns no vocabulário do brasileiro se destacam: água, Angola, antigo, aportes, arcaico, axé, Bahia, baiano, banto, brasileira, banbogira, base, branco, cachaça, caboclo, calunga, candomblé, cânticos, canção, caruru, cerimônia, conhecido, consagrado, culto, dado, daomé, dendê, denominação devoto, divino, divindade, entre muitas outras. E, poder-se-ia aqui passar horas a enumerar as deidades de origem Bantu ainda cultuadas nos terreiros brasileiros (CASTRO, 2005).

Por volta de 1800, dois reinos importantes da África entraram em guerra, o Império de Oyo, insuflado pelos britânicos, posterior colonizadores e o Império do Dahomé posteriormente conhecido como Benin insuflado pelos Franceses, seus colonizadores. Os produtos dessas guerras alimentavam sobremaneira o tráfico vindo da África ocidental. Os Yorubas aprisionados eram vendidos pelos Dahomeanos. E os Dahomeanos aprisionados eram vendidos pelos Yorubas.

Embora aprisionados e sequestrados da mesma forma, havia um diferencial gritante entre os primeiros e os dois últimos grupos conforme se observa na história.

1- O povo Dahomeano ou Jeje.

Povo do antigo Abomei/Dahomé, hoje Republica Popular do Benin é aqui denominado Jeje. Historicamente foram inimigos dos Yorubas com quem disputavam territórios. Começam a chegar ao Brasil por volta de 1850 aproximadamente, frutos da guerra de Ilorin. Com o final do trafico negreiro já em andamento por interesse britânico, os prisioneiros era embarcados sem muitas delongas e chegavam ao Brasil plenos de suas culturas e religiões. Esse fato além das diversas revoltas, fez com que os Jejes deixassem uma vasta herança ancestral nos terreiros de candomblés Baianos e Maranhenses.

2- O grupo nagô ou Yoruba.

Também produtos da guerra de Ilorin chegam ao Brasil ao mesmo tempo e são considerados os mais organizados socialmente e politicamente deixando uma vasta herança ancestral, não só nos maiores terreiros do Brasil. Assim sua cultura e religião tornou-se o principal objeto dos estudos nas varias academias de Antropologia e Sociologia do Brasil.

3- O povo Angola ou Congo.

O povo Angola ou Congo inaugurou o trafico negreiro ao Brasil. Por volta de 1530, chegaram os povos “ladinos” que já falavam português, já eram batizados na origem, considerados os mais submissos e próprios à escravidão, foram considerados pelos Angola ou Congo, colaboracionistas e traidores das diversas revoltas programadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender os meandros da cultura brasileira desde a raiz, a miscigenação que criou esse povo novo, que se fez a partir dos nativos, misturados aos diversos grupos negros escravizados - o grupo nagô ou Yoruba, Angola ou Congo, Songai, Mali, Sorkôs entre muitos outros. Este povo que perpetua conhecimentos, ideias, valores, as crenças e raízes de cada grupo miscigenado. Os resultados são percebidos na língua, comportamento e práticas religiosas de cada grupo de acordo com a sua origem e dialetos que distinguem os novos grupos que se estabeleceram em Pernambuco, na Amazônia, Bahia, Minas Gerais, os povos do Sul, e muitos outros. Dialetos e crenças que permanecem vivos na informalidade da manifestação religiosa. Essas diferenças carregaram também o ímpeto de competição pela sobrevivência, pertencimento e preferência, que mantém esse novo povo - afro-brasileiro em permanente movimento de inclusão e exclusão. Hoje a dificuldade da convivência pautada pelo respeito torna necessário a criação leis dentre elas a 10639 que impõe o ensino da história e cultura africana afro-brasileira nas aulas de História com o tema da escravidão negra africana. O texto da lei promove reflexão e obriga o ensino da história da África e sua contribuição nos costumes e na constituição deste povo nas escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental e médio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BASTIDE, Roger. O Candomblé da Bahia, Cia das Letras, São Paulo, 2001.
- DO RIO, João. As Religiões no Rio. Editora Nova Aguilar - Coleção Biblioteca Manancial n.º 47 – 1976.

CASTRO, Yeda Pessoa. Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro (Academia Brasileira de Letras). Topbooks Editora, Rio de Janeiro RJ, 2001. 2^a edição 2005. 366 páginas.

RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil, Ed. Brasiliiana. Bibliotheca V. H. Gintner: Rio de Janeiro RJ, 1977.

VEGER, Pierre. Fluxo e refluxo. Ed. Currupio. Rio de Janeiro, RJ 1987.

VEGER, Pierre- Orixas. 6^a. ed. Editora Currupio, Rio de Janeiro RJ, 2009.

SOUZA, M. M M. (2015) *In: ORTIZ, F. C, e*

SANTOS F. A. Org. Gestão da Educação a Distância. Ed. Atlas 1^a edição. 304 p.

VEGER, Pierre. Fluxo e refluxo. Ed. Currupio. Rio de Janeiro, RJ 1987.

VEGER, Pierre- Orixas. 6^a. ed. Editora Currupio, Rio de Janeiro RJ, 2009.